

JOÃO PEDRO STÉDILE - COORDENADOR DO MOVIMENTO SEM-TERRA



"A reforma agrária como um todo ela depende de um projeto de país. Onde ela seja complementar a uma proposta de mudança do jeito de nossa economia funcionar"

Elias Fontenele/ODIA

Dirigente do MST afirma que Matopiba traz riscos e não tem condições técnicas

João Magalhães
Repórter

O economista João Pedro Stédile, da coordenação geral do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – o MST, veio a Teresina para discutir a conjuntura política nacional. O movimento é dos mais importantes da esquerda e sua atuação divide a opinião da sociedade. Ao O DIA, o dirigente do MST comentou os desafios e o cenário atual da reforma agrária no país, falou sobre os últimos casos de violência na disputa por terras e criticou o governo de Michel Temer pela desestruturação do Inbra e do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Stédile, também criticou o tratamento do governo Dilma Rousseff com a pauta da reforma agrária e fez críticas ao agronegócio brasileiro. O dirigente afirmou ainda que o projeto do Matopiba, que envolve o potencial agrícola do cerrado piauiense, não deve ir para frente porque as condições técnicas não são favoráveis ao projeto. Movimento extremamente ligado ao Partido dos Trabalhadores, o MST faz queixa a Dilma pela aproximação que ela teve com a senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), uma das principais representantes do agronegócio na política. Confira a entrevista:

Como o senhor avalia o cenário atual para a reforma agrária no país, quais os principais desafios e a situação da reforma agrária?

Já no final do governo Dilma estava paralisada. E agora com esse governo golpista então colocaram a pá de cal. Acabaram o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Inbra virou uma tapera velha em que não funciona nada. E nós estamos com 120 mil famílias acampadas às margens da estrada esperando por solução. Então é nossa vontade política e não temos saída com o atual governo.

É essa a quantidade de famílias que precisam de uma reforma agrária no país?

Não. Não é só essas. Essas são as que estão acampadas sofrendo, exigindo uma medida de emergência. Mas a reforma agrária como um todo ela depende de um projeto de país. Onde ela seja complementar a uma proposta de mudança do jeito de nossa economia funcionar. Não existe nesse momento no Brasil, possibilidades de um novo projeto sem que antes a gente derrube o governo Temer.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra recebe muitas críticas, e algumas acusações contra o movimento é a de que ele é formado por pessoas que não estão interessadas em produzir, mas sim em adquirir imóveis para vender. Como o movimento rebate essas acusações?

Isso não é crítica, isso é acu-

sação. Acusação mentirosa que sempre a direita usou contra os trabalhadores para evitar que a reforma agrária avance. É só perguntar ao Inbra e pesquisar sobre os assentamentos. Nós que colocamos na lei que é proibido a família que receber terra vende-la. Quem está querendo mudar essa lei é o atual governo, que quer privatizar os lotes para oportunizar a turma vender. Mas a posição do movimento é a de que nós devemos evitar qualquer processo de venda. Por falar nisso, o que nós sabemos que tem especulação imobiliária é feita nas grandes cidades. Onde tubarões compram grandes áreas, ficam especulando, grilando, ou vendendo para os pobres.

"O governo golpista não tem compromisso em resolver os interesses do povo. É quase um genocídio"

O Governo Federal sempre vende a imagem de que o agronegócio brasileiro é bom para o país, produz com alta tecnologia, exporta e gera riquezas para o Brasil. No entanto, o MST tem muitas críticas ao modelo atual de agronegócio no país. Como você avalia as políticas de produção do gar-

neio brasileiro?

O agronegócio é um modelo de produção na agricultura que é dominado pelo capital financeiro e pelas grandes empresas transnacionais que fornecem para os fazendeiros o adubo, agrotóxico, as máquinas, as sementes. Hoje, na soja, 65% do custo de produção do hectare de soja sai do fazendeiro e vai para o banco ou para empresas transnacionais. E o agronegócio produz apenas mercadoria para se exportar. E produz com muito veneno. Esse veneno adoce o trabalhador, envenena a água, o meio ambiente, e o produto que é produzido. O agronegócio dá lucro, beneficia os fazendeiros, mas quem ganha mais com ele são as transnacionais. E quem perde é a natureza brasileira, o povo brasileiro porque, inclusive, a maior característica do agronegócio é usar cada vez mais veneno. E ele usa o veneno para substituir a mão de obra. Portanto, diminui cada vez mais o emprego nas fazendas de agronegócio. E nós, com a reforma agrária, queremos tudo ao contrário. Queremos produzir alimentos saudáveis, sem veneno, dar emprego para o nosso povo e produzir alimentos para o povo da cidade. São dois modelos antagônicos que estão em jogo.

Sabemos que há hoje uma crise financeira, cortes no orçamento que atingem muitos órgãos ligados a reforma agrária. Como o senhor vê hoje a situação do Inbra, do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário? Eles estão tendo a estrutura necessária para desenvolver suas funções?

O governo golpista não tem compromisso em resolver os interesses do povo. No caso do meio rural está um desastre. É quase um genocídio. Fechou um Ministério do Desenvolvimento Agrário, que atendia a agricultura familiar. E o Inbra foi entregue para o partido Solidariedade que está usando o órgão apenas para se viabilizar como partido e não tem nenhum projeto concreto com a reforma agrária e nem dos pobres do campo. Então, a situação institucional da reforma agrária praticamente não existe mais. A instituições públicas foram dilapidadas, eu nem sei como os servidores públicos lotados no Inbra e no MDA não sei como estão se sentindo, mas

imagino que estão deprimidos pela falta de incentivo do governo. Acabaram o orçamento do Inbra, do MDA, a última contenção de gastos do governo, tínhamos o Pronera que financia cursos superiores para filhos de assentados da agricultura familiar e usava uma merreca de recursos, que era R\$ 30 milhões por ano, e agora eles cortaram e vai ser só R\$ 2 milhões. E esses R\$ 2 milhões o coordenador ainda levou para uma faculdade particular que pertence a seus amigos no sul de Minas Gerais.

"O Inbra foi entregue para o Solidariedade que está usando o órgão apenas para se viabilizar como partido"

A reforma agrária sempre foi uma proposta muito ligada ao Partido dos Trabalhadores, que ficou 13 anos no poder. O senhor viu avanços de fato na reforma agrária, durante os governos petistas, ou foi muito aquém do que o segmento esperava e do que o partido poderia fazer no poder?

Na época do governo Lula nós avançamos bastante. Avançamos nas políticas de distribuição de terra e em outras políticas que favoreceram a agricultura familiar, como o programa de aquisição de alimentos, entre outros que estavam em curso. No governo Dilma, já ficou aquém. A equipe do governo Dilma era muito ruim. Mas a reforma agrária não pode ser vista apenas como política de governo, a reforma agrária ela tem que ser uma política da nação. Para resolver os problemas do emprego, garantir trabalho para quem vive no meio rural, garantir renda. E tem que ser uma reforma agrária combinada com a indústria nacional, porque ela pode alavancar a produção de máquinas, de implementos, e a reforma agrária tem que estar colado com a agroindústria, que lá nos assentamentos e áreas reformadas, se instalem cooperativas de laticínios, agroindústrias que beneficiem os produtos e aumente a renda dos trabalhadores.

Neste ano, já foram registrados vários casos de mortes por disputas de terras no país, principalmente no Pará. Como o senhor analisa o fato de ainda ter este tipo de ataque em disputa por terras?

Durante o governo Temer, golpista, já tiveram três ataques. Todos na região de fronteira agrícola, região da Amazônia. Um no norte do Mato Grosso, outro contra os índios Gamela no Maranhão e o mais recente em Pau D'arco no Pará. Preste atenção que todos eles são em fronteira agrícola, onde há uma disputa de terra com posseiros, então dentro dessa conjuntura que os ruralistas acham que mandam em tudo, eu imagino que os deputados ruralistas orientam as bases desses fazendeiros a fazerem o que quiserem, que eles dão a proteção. E na prática está acontecendo isso, os fazendeiros contratam pistoleiros, subornam a polícia militar e acontece esses conflitos armados, que acabam sempre, sempre, vitimando trabalhadores, mas que ainda felizmente, esses conflitos estão restritos na região de fronteira agrícola, onde o latifundiário quer expandir sua área, sobre áreas públicas e muitas vezes ocupadas por posseiros, ou no caso dos índios, é uma maneira que eles tem de irrem afetando áreas indígenas que por lei pertencem aos índios.

O MST tem políticas voltadas para a zona urbana? Como o movimento avalia os programas habitacionais lançados e organizados pelo governo?

O programa Minha Casa, Minha Vida foi importante porque ele construía casa pra pobre, e 85% do custo era subsidiado. É um grande estímulo para resolver o problema. Agora isso não resolve o problema da cidade como um todo, que ainda enfrenta problemas de transporte, especulação imobiliária feita por grandes empresas. Nós do MST não é que temos políticas para o meio urbano, mas é que pensamos que se a gente conseguir segurar o povo no interior, e ele resolvendo seu problema de terra, e emprego no interior, ele vai deixar de vir pra favela e com isso diminui a pressão sobre as cidades e melhora as condições de vida nas cidades.

O Piauí, há uns dois anos, foi incluído no Matopiba. Qual sua visão sobre o projeto do

Matopiba e quais os riscos que você alerta para esse tipo de produção em larga escala para a população, principalmente numa região que já sofre com a grilagem?

Esse projeto do Matopiba é de autoria e pensamento da senadora Kátia Abreu, do Tocantins, que felizmente não está mais no governo e que a Dilma nunca deveria ter colocado ela. Um dos erros da Dilma foi ter se aliado a ela, tanto que a Dilma não teve o apoio e o voto de nenhum parlamentar do Tocantins, fora o da Kátia Abreu. Então a senadora sonha em transformar toda essa região chamada de Matopiba numa grande fazenda. E o pior, entregar parte dessas terras para o capital estrangeiro, que é o que o governo golpista está completando o serviço que já estava previsto no projeto de Kátia Abreu. Felizmente, a natureza está do nosso lado. Já tem circulado, até pela Embrapa, que a região tem um bioma que não suporta agricultura intensiva, como é a soja, com muito veneno, muita mecanização, que exige também muita água. O que biólogos e agrônomos estão dizendo é que é besteira achar que a soja e o milho têm futuro nessa região, plantada dessa forma, porque logo, logo, vai faltar água. Seja no subsolo, seja porque ao botar monocultivo da soja, ela altera o clima da região e altera também o regime da chuva. Então, espero que a população da região reaja e impeça de que o sul do Piauí, o sul do Maranhão, o oeste da Bahia, se transforme num grande monocultivo onde só vai dar soja, e mais nada.

Suas considerações finais?

O Brasil vive uma grave crise econômica, política e social. A nossa saída só com muito debate, construindo um novo projeto para o país, e para isso temos que mobilizar a população para a população lutar por um país diferente.

"A reforma agrária não pode ser vista apenas como política de governo. Ela tem que ser uma política da nação"